

Barcelos, Vila Cova (Barcelos), de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Agosto de 1986, solteiro, profissão: desconhecida ou não existente, titular do bilhete de identidade n.º 13006995, com domicílio na Avenida da Liberdade, n.º 20, 7.º, frente, São Lázaro, 4700 Braga, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo na forma tentada, previsto e punido pelos artigos 21.º, 22.º e 23.º do Código Penal, praticado em 23 de Março de 2005, foi o mesmo declarado contumaz, em 12 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

14 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *António Júlio Costa Sobrinho*. — O Escrivão Auxiliar, *Fernando Adolfo M. Carvalho*.

#### **Aviso n.º 5211/2006 — AP**

O Dr. António Júlio Costa Sobrinho, juiz de direito da Vara com Competência Mista do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 4791/06.7TBBERG, pendente neste Tribunal contra o arguido António Ximenes Alentejano, filho de José Gomes Alentejano e de Maria Ximêne natural de Portugal, Santo Tirso, Aves (Santo Tirso), nascido em 1 de Setembro de 1976, solteiro, com domicílio na Complexo Habitacional do Picoto, Casa 43, 4700 Braga, por se encontrar acusado da prática de um crime de tráfico de estupefacientes agravado, previsto e punido pelos artigos 21.º, n.º 1 e 24.º, alíneas b) e c) ambos do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, com referência à tabela anexa I-A e I-B, e do artigo 30.º do Código Penal, praticado em 25 de Fevereiro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 18 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

19 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *António Júlio Costa Sobrinho*. — O Escrivão Auxiliar, *Fernando Adolfo M. Carvalho*.

#### **Aviso n.º 5212/2006 — AP**

A Dr.ª Ana Paula Vasques de Carvalho, juíza de direito da Vara com Competência Mista do Tribunal da Comarca de Braga, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 105/02.3GDBRG, pendente neste Tribunal contra o arguido João Dinis Rocha e Silva, filho de João José Rodrigues da Silva e de Maria Mendes da Rocha Silva natural de Arcozelo (Ponte de Lima); de nacionalidade portuguesa, nascido em 16 de Setembro de 1986, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 132506114, com domicílio na Lugar da Presa, Arcozelo, 4990 Ponte de Lima, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelo artigo 204.º do Código Penal, praticado em 16 de Dezembro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 20 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

20 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Vasques de Carvalho*. — A Escrivã Auxiliar, *Ercília Quintas*.

### **1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGANÇA**

#### **Aviso n.º 5213/2006 — AP**

O Dr. José Pedro Pinto Vaz, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Bragança, faz saber que, no processo comum (tribunal

singular) n.º 371/95.9TBGGC, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Damasceno Silva Ruivo de Carvalho, filho de Carlos da Silva Carvalho e de Maria Adelaide P. Silva Ruivo de Carvalho natural de São Sebastião da Pedreira (Lisboa); de nacionalidade portuguesa, nascido em 2 de Abril de 1953, casado (regime: desconhecido), profissão: comprador, titular do bilhete de identidade n.º 2163427, com domicílio na Rua de Pascoal de Melo, 103, 1.º, esquerdo, Lisboa, 1000-232 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 alínea a) do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97 de 19 de Novembro, praticado em 12 de Novembro de 1994, por despacho de 11 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por se ter apresentado.

14 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *José Pedro Pinto Vaz*. — O Escrivão-Adjunto, *Amador Afonso*.

#### **Aviso n.º 5214/2006 — AP**

O Dr. José Pedro Pinto Vaz, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Bragança, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 20/01.8TBGGC, pendente neste Tribunal contra o arguido Hélder dos Santos Alves Lató, filho de Lourenço dos Santos Lató e de Humbelina de Jesus Alves natural de Nunes (Vinhais), de nacionalidade portuguesa, nascido em 19 de Janeiro de 1966, casado, titular do bilhete de identidade n.º 8811340, com domicílio na Monassut, Audiraçq, França, França, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1, alínea b) do Código Penal, praticado em 8 de Abril de 1999, por despacho de 14 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por apresentação.

15 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *José Pedro Pinto Vaz*. — O Escrivão-Adjunto, *Amador Afonso*.

#### **Aviso n.º 5215/2006 — AP**

O Dr. José Pedro Pinto Vaz, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Bragança, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 245/06.0TABGC, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Alberto Bornes Teixeira, filho de Amadeu Teixeira e de Amélia de Jesus Bornes natural de Peso da Régua, Godim (Peso da Régua), de nacionalidade portuguesa, nascido em 25 de Setembro de 1967, titular do bilhete de identidade n.º 8112374, com domicílio no Alto do Sapato, lote 14, 1.º, esquerdo, 9, 2.º, esquerdo, 5300 Bragança, por se encontrar acusado da prática de um crime de descaminho ou destruição objectos colocados sob poder público, previsto e punido pelo artigo 355.º do Código Penal, foi o mesmo declarado contumaz, em 14 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas. O arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

19 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *José Pedro Pinto Vaz*. — A Escrivã-Adjunta, *Emília Silva*.

### **TRIBUNAL DA COMARCA DE CABECEIRAS DE BASTO**

#### **Aviso n.º 5216/2006 — AP**

O juiz de direito do Tribunal da Comarca de Cabeceiras de Basto, secção única, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 184/00.8TACBC, pendente neste Tribunal contra o arguido Raul Oliveira da Silva, filho de Francisco Silva e de Rosalina de Oliveira de nacionalidade portuguesa, nascido em 18 de Agosto de 1955, casado, titular do bilhete de identidade n.º 3743093, com domicílio na 27, Rue Decomberousse, 69100, Villeurbanne, 6910, Villeurbanne França, por se encontrar acusado da prática de um crime de outros crimes contra a propriedade, artigo 212.º, n.º 1 do Código Penal, praticado em 5 de Agosto de 2000, um crime de dano simples, previsto e punido pelo artigo 212.º do Código Penal, praticado em 5 de Agosto de 2000, por despacho de 12 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos,

foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por apresentação em juízo.

13 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Escrivão-Adjunto, *José Manuel Leite Lopes.*

## 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DAS CALDAS DA RAINHA

### Aviso n.º 5217/2006 — AP

A Dr.ª Joana Tenreiro da Cruz, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha, faz saber que, no processo abreviado, n.º 743/03.7PBCLD, pendente neste Tribunal contra o arguido N'guessan Leopold Innocent Gnaba, filho de Graba Jean e de Grebo Atté Agathe, natural de Costa do Marfim; nacional de Costa do Marfim, nascido em 28 de Janeiro de 1963, casado, passaporte n.º 99.130694/DST, com domicílio na Rua do General Amílcar Mota, 1, Vivenda Flores, 2500 Caldas da Rainha, por se encontrar acusado da prática de um crime de resistência e coacção sobre funcionário, previsto e punido pelo artigo 347.º do Código Penal, praticado em 6 de Agosto de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Março de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

13 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Joana Tenreiro da Cruz.* — O Escrivão-Adjunto, *Luís Miguel Neto.*

### Aviso n.º 5218/2006 — AP

O Dr. José Rocha Henriques, juiz de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 99/04.0GCCLD, pendente neste Tribunal contra o arguido Darius Lukosius, filho de Kostas Lukosius e de Dana Aughitiéné, natural de Lituânia, nascido em 5 de Março de 1978, solteiro, titular do passaporte n.º 20318299, com domicílio na Estrada da Arieira, Olho Marinho, 2510 Óbidos, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 23 de Março de 2004, um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1, alínea a) do Código Penal, conjugado com o disposto no artigo 387.º, n.º 2, do Código de Processo Penal, praticado em 24 de Março de 2004; foi o mesmo declarado contumaz, em 6 de Abril de 2006, nos termos do artigo 335.º, do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º, do Código de Processo Penal, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

18 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *José Rocha Henriques.* — A Escrivã Auxiliar, *Conceição de Frias Monteiro.*

## 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DO CARTAXO

### Aviso n.º 5219/2006 — AP

A Dr.ª Maria Manuela dos Santos Pereira, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 161/05.2PACTX, pendente neste Tribunal contra o arguido Asdrúbal Mário Sousa Dias, filho de Asdrúbal Mário Murtinheira Dias e de Zulmira Luz Sousa Dias, natural de Lisboa, São Sebastião da Pedreira (Lisboa), de nacionalidade portuguesa, nascido em 23 de Abril de 1966, casado, com o número de identificação fiscal 180767682, titular do bilhete de identidade n.º 10263305, com domicílio na Rua de Gonçalves Zarco, 6, 1.º, esquerdo, 2745 Monte Abraão, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 323/2001, de

17 de Dezembro, praticado em 28 de Novembro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 20 de Setembro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração, proibição de obter quaisquer certidões ou documentos, designadamente, passaporte, carta de condução e bilhete de identidade, bem como de efectuar registos, junto de qualquer autoridade pública, o arresto, ao abrigo do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, dos saldos de contas bancárias tituladas pelo arguido.

21 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Manuela dos Santos Pereira.* — A Escrivã-Adjunta, *Cláudia Pereira.*

### Aviso n.º 5220/2006 — AP

A Dr.ª Maria Manuela dos Santos Pereira, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca do Cartaxo, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 164/00.3TBCTX, (antigo 214/1998) pendente neste Tribunal contra a arguida Josefina Rocha Mendiga de nacionalidade portuguesa, nascida em 12 de Março de 1955, casado (regime: desconhecido), profissão: desconhecida ou sem profissão, com domicílio na Rua da Dr.ª Madalena Perdigão, 42, Sótão, 2700 Amadora, de que por despacho de 11 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

22 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Manuela dos Santos Pereira.* — A Escrivã-Adjunta, *Maria José Teixeira.*

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE CHAVES

### Aviso n.º 5221/2006 — AP

A Dr.ª Sónia Maria Pinto Vaz, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Chaves, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 388/03.1PBCHV, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Manuel Pinto Marques, filho de Aníbal Marques e de Carminda Guimarães Pinto, natural de Portugal, Chaves, Vilar de Nantes (Chaves), de nacionalidade portuguesa, nascido em 28 de Dezembro de 1967, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 8597321, com domicílio na Quinta do Lombo, 65, Nantes, 5400-579 Chaves, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 6 de Abril de 2003, por despacho de 12 de Maio de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por apresentação.

13 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Sónia Maria Pinto Vaz.* — O Escrivão Auxiliar, *José Eduardo Linhares da Graça.*

## 1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE COIMBRA

### Aviso n.º 5222/2006 — AP

O Dr. José Carlos Ferreira, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Coimbra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 1556/98.1PCCBR, Ex. Proc. 288/00, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Alberto Pedrosa de Carvalho, filho de Fernando Pereira de Carvalho e de Maria Lucinda Pedrosa Camponês natural de Cantanhede (Cantanhede), de nacionalidade portuguesa, nascido em 10 de Novembro de 1970, casado (regime: desconhecido), profissão: Pedreiro, titular do bilhete de identidade n.º 12654896, com domicílio na Rua do Pinheiro, Vila Pouca do Campo, 3040-530 Ameal, por se encontrar acusado da prática de um crime de dano, previsto e punido pelo artigo 212.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 28 de Setembro de 1998 e um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 28 de Setembro de 1998, por despacho de 13 de Setembro de 2006, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por desistência de queixa.

15 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *José Carlos Ferreira.* — A Escrivã-Adjunta, *Fernanda Correia.*